

DIMENSÕES INTERSECCIONAIS DE MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Valeska Nogueira M. Vieira– UNEDUVALE – valeska.vieira@ead.eduvaleavare.com.br

Carlos Eduardo A. De Oliveira– UNEDUVALE – carlos.oliveira@ead.eduvaleavare.com.br

Mario de Oliveira Neto – UNEDUVALE – mario.neto@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Ciências Humanas.

RESUMO

O artigo visa contemplar as dimensões interseccionais que transpõem a vida de mulheres vítimas de violência doméstica, além de comparar as disparidades da violência de gênero entre as mulheres brancas e negras. Para isso, sustenta-se na teoria da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, escancarando as interfaces de Gênero, Raça e Classe e suas múltiplas camadas de violência e desigualdade social. Contudo, sob a ótica psicanalítica, o estudo revisita conceitos clássicos freudianos acerca do inconsciente e retoma cogito sobre o corpo da mulher e do corpo negro como mecanismos de subalternação de uma sociedade patriarcal, escravagista e colonial. O trabalho, de forma bibliográfica, traz à tona a urgência de um universo psicanalítico enegrecido, capaz de reconhecer o impacto das opressões históricas e culturais na subjetividade das mulheres negras. Portanto, a perspectiva psicanalítica deve encarregar-se na articulação dos marcadores sociais - Raça, Gênero e Classe - na superação do viés eurocêntrico que invisibilizou a vivência negra. Ademais, os dados estatísticos reforçam essa abordagem ao evidenciar que dentre as violências acometidas, de todas as tipologias, demonstra desproporcionalidade entre mulheres brancas e negras. Porquanto, a proposta do estudo é a utilização da psicanálise como ferramenta crítica e decolonial, proporcionando espaços de fala e escuta para as mulheres marginalizadas, resgatando a humanidade perdida pelas sombras da colonização.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Violência de Gênero; Violência Doméstica; Mulher Negra.

INTRODUÇÃO

O presente estudo implica na compreensão das dimensões interseccionais e seus impactos na manutenção da violência doméstica contra a mulher. Ademais, intenciona investigar o compromisso social do profissional de psicologia- por meio da ótica psicanalítica - e seus possíveis pactos com a iniquidade, calcados sob traços coloniais. A temática corrobora na gnose intrínseca da truculência presente nas engrenagens da sociedade,

visando seus enraizamentos escravagistas e patriarcais, criando dentro da esfera da violência múltiplas camadas de injustiça social.

Para tal feito, é importante elucidar sobre a violência de gênero, explorando seus conceitos e tipologias. A Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher) adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994 define a violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, seja em âmbito público ou privado” que atingem mulheres de diferentes idades, etnias, classes e territórios (OEA, 1994, p. 2).

O núcleo da violência de gênero aponta distinção drástica de experiências entre mulheres negras e mulheres brancas. O cerne da análise contorna o conceito de interseccionalidade deslocados pela acadêmica e jurídica estadunidense Kimberlé Crenshaw¹¹(2002), que o conceitua como o mecanismo que busca capturar as sequelas estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Crenshaw disserta especificamente a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios originam desigualdades básicas que estruturam as posições desiguais de mulheres, raças, etnias e classes (Crenshaw, 2002, p. 177).

Assim, este trabalho tem como objetivo refletir teoricamente, a partir da psicanálise, sobre as dimensões interseccionais de mulheres negras vítimas de violência doméstica e como a perspectiva psicanalítica pode torna-se ferramenta crítica e decolonial, proporcionando espaços de fala e escuta para as mulheres marginalizadas, resgatando a humanidade perdida pelas sombras da colonização.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem sua construção respaldada sob uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório de conteúdos de intelectuais negras acerca das interseccionalidades que atravessam os sofrimentos psíquicos da mulher negra. Para entendimento do conceito Crenshaw (2002), Akotirene (2018), Collins (2012), Hooks (2015) e Ribeiro (2019) se tornaram implacáveis no endossamento do estudo. A pesquisa constitui-se sob a

¹¹Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da Teoria Crítica de Raça e do Feminismo. É responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero

perspectiva psicanalítica e para tal efeito, fez-se crucial compreender o cerne psicanalítico, o inconsciente de Freud (1930), somado, Da Paz e Cunha (2024), Federici (2017) contribuem na demonstração psicológica da subordinação de corpos femininos e negros.

Entretanto, para contextualização com a contemporaneidade e acessar um resultado, as perspectivas de Dias e Cavalcanti (2022), Silva (2017), Canavêz (2022) e Nogueira (2017) descortinam a psicanálise e aponta atalhos de mitigação do sofrimento psíquico, como ferramenta, a colonização de histórias marginalizadas.

Os procedimentos técnicos de pesquisa são de caráter bibliográfico e documental apontando dados de natureza secundária. A fonte de pesquisa deu-se pelo google acadêmico e Scielo, na busca de palavras-chave como: Interseccionalidade, Violência de Gênero, Violência Doméstica, Mulher Negra, Psicanálise. Ao todo foram selecionados um total de 12 autores com suas contribuições em artigos científicos e livros, já mencionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As postulações universais de violência de gênero descortinam que a sua predominância é generalizada e solidificada culturalmente sob um ideal patriarcal e sexista, com impactos intergeracionais, domésticos, familiares, sociais e pautas urgentes de políticas públicas e de intervenção.

A desigualdade de gênero é simultaneamente uma questão ideológica (relativa às crenças, normas e valores sobre o papel da mulher na sociedade) e de estrutura social, o que remonta sua participação no sistema de estratificação, situando os homens e as mulheres em posições desiguais (Dias; Cavalcanti, 2022). Djamila Ribeiro (2019) se vale das reflexões teóricas de Simone de Beauvoir (2019), ao afirmar que em um ambiente que valoriza o masculino, a mulher é o outro por “não ter a reciprocidade do olhar do homem” e também reformula o conceito construído por Grada Kilomba (2019), ao notar que “a mulher negra é o “outro do outro”, posição que a coloca num local de múltipla subalternação”, reforçada pelas origens coloniais, patriarcais e escravistas no Brasil. (Ribeiro, 2019, p.37)

A assimetria da injustiça advinda de um mesmo ponto de partida - violência de gênero - carece de preocupação, por meio de uma perspectiva que transcenda violência de gênero, a fim de conceber e ponderar a violência interseccional, sendo que em díspares contextos sociais a mulher negra está sujeita a discriminação e outras opressões, pelo fato de ser mulher ou por não pertencer ao grupo étnico-racial dominante na sociedade.

A problemática interseccional não se resume a contemplação completa de um fator discriminatório, mas na gama de violações de direitos humanos que ficam apagadas quando desconsideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas. (Crenshaw, 2002, p. 179).

Sem dúvida, isto se trata de discriminação composta: com base na raça, elas são excluídas de empregos designados como femininos, sendo também excluídas de empregos reservados aos homens com base no gênero. De fato, elas são especificamente excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não há ocupações para as candidatas com tal perfil étnico-racial e de gênero. (Crenshaw, 2002, p. 179)

O entrecruzamento entre Raça e Gênero posiciona a mulher negra num espaço de vulnerabilidade inestimável, considerando que as políticas públicas centram seus ideais alicerçados no pensamento branco, colonial e eurocêntrico. O espaço social ocupado pela mulher branca não é o mesmo ocupado pela mulher negra.

As autoras Akotirene (2018) e Collins (2012) observam neste cenário de segregação, de modo metafórico que, a mulher negra é comparada à “mula” do homem branco, a quem são permitidos os castigos mais debilitantes e a exploração mais contundente da sua força de trabalho - que existe para cumprir uma funcionalidade.

A mulher branca, nesse cenário, é o “cachorro” do homem, nunca está em condições de igualdade com seu “senhor”, porém desfruta de mais docilidade e afluência no espaço pertencente a ele. O cuidado, o afeto e o apreço são dirigidos apenas ao “cachorro”, apesar de que, esta ideia ilusória de acolhimento mascara a realidade, impossibilitando a consciência das mulheres brancas frente aos jogos de poder e o sexismo dos quais se tornam alvos (Akotirene, 2018, p. 22; Collins, 2012, p.07).

As mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. (Hooks, 2015, p. 207).

Para compreensão e correlação da linha filosófica com os dados estatísticos, o DataSenado (2022), a partir de dados extraídos pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), em 2022, um total de 202.608 mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência, das quais 112.162 (55%) eram mulheres negras ou

pardas. O SINESP (Sistema Nacional de Segurança Pública) apontam informações de que entre as mulheres vítimas de violência sexual, de um total de 8.062, 5.024 (62%) eram mulheres pretas ou pardas. Além disso, dados do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) evidenciam que entre 3.373 mulheres assassinadas, 2.276 (67%) eram negras (Brasil, 2024).

Com base neste cenário escabroso, a psicanálise veste da função intrínseca de condicionar, enegrecer e pluralizar praxes de avaliação psicológicas que busquem considerar as interfaces de Gênero, Raça e Classe não somente como pautas, mas como elementos constitutivos da subjetividade, que foram perdidos desde o processo de transculturação do período colonial, destituídos de sua condição humana pela brutalização das condições de cativeiro a que foram submetidos, sendo expostos a uma língua e território desconhecido para serem escravizados, promovendo dignidade teórico-clínica. Sendo colocados ao não-lugar social, sendo marginalizados e segregados pela cor, objetos de utilização do outro, ou seja, uma identidade que não correspondia a um lugar de sujeito, mas de assujeitado ao outro. (Ribeiro, 2017).

A psicanalista Maria Lucia Da Silva disserta: “É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades” (Silva, 2017, p. 87).

...faz-se premente visibilizar o transbordamento de temas como raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica onde quer que está se dê: dos dispositivos públicos de assistência aos consultórios localizados em bairros abastados dos grandes centros urbanos. Para tal, convém tomar a psicanálise em uma perspectiva situada, portanto absolutamente ancorada na realidade em que se desenvolve sempre parcial e crítica. Seguindo as pistas de Ayouch (2019, p. 183), temos que a prática psicanalítica, como qualquer experiência social, “não escapa a essas intersecções de gênero, cultura, raça e classe, embora ela não faça parte de um processo de comunicação e troca habitual. (Canavêz, 2020, p.81)

Isildinha Nogueira (2017) em seu lugar de mulher, preta e psicanalista discorre sobre o desejo inconsciente às configurações sociais, do negro sobre a “branca”. O conceito de branca encarna todas as virtudes, a cultura, a civilização, a própria humanidade negada à população preta. Como consequência da discriminação o negro enfrenta um processo crônico de despersonalização. Este cenário remonta a preocupante urgência de descolonização da branquitude e colonização de culturas marginalizadas, na

busca de um território de representatividade e lugar de fala e escuta do povo preto. (Da Paz, 2024).

CONCLUSÃO

Diante de toda exposição constata-se a complexidade multifacetada da violência de gênero contra a mulher e a problemática das nivelações de injustiça causadas na ausência da compreensão das vulnerabilidades interseccionais fincadas na figura da mulher negra na sociedade brasileira. Este conceito passou tempos na obscuridade, não conseguindo nomear as violações sofridas pela mulher negra, e como diz a própria intelectual negra Crenshaw: “se temos um problema e não sabemos nomeá-lo, ele não existe” (Crenshaw, 2002).

Este quadro de injustiça social manteve e ainda mantém a mulher negra em sofrimento psíquico, pois nem mesmo o universo psicanalítico e compreendia os fatores sociais como eixos atravessadores da vicência em suas intervenções psicológicas e, sustentados pelo olhar colonial, ficou em dívida com a população preta por décadas.

Hodiernamente, conclui-se que ainda não chegou-se ao resultado esperado, mas caminha-se na construção de uma psicanálise enegrecida, que atue nas marginalidades, dando voz aos que foram silenciados pelas mazelas impregnadas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; justificando, 2018 p. 22.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. 1994. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf> Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Instituto de Pesquisa DataSenado. Pesquisa DataSenado: violência doméstica contra mulheres negras: desigualdades e desafios. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-datasenado-detalha-a-violencia-domestica-contra-mulheres-negras-desigualdades-e-desafios>. Acesso em: 24 maio 2025.

CANAVÊZ, F. Raça, gênero e classe social da clínica psicanalítica. Revista Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 79–102, 2020. DOI:<https://doi.org/10.71101/rtp.52.392>. Acesso em: 27 jul. 2025.

COLLINS, P. H. Rasgos distintivos delpensamiento feminista negro. In: TRUTH, S.; WELLS, I.; COLLINS, P. H. et al. *Feminismos negros: una antología*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. Disponível em: <https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DA PAZ, L. R. O.; CUNHA, C. C. **As contribuições da psicanálise para se pensar a posição da mulher negra no Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/aab2442c-a001-4055-816b-1073c27c1615/18446.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

DIAS, I.; CAVALCANTI, V. Violência e gênero: a interseção das desigualdades sociais. In: TAVARES, M. S.; SOUZA, Â. M. F. L. (orgs.). *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo* [livro eletrônico]. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 179–203. ISBN 978-65-5630-517-2. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786556305172.0008>. Acesso em: 27 maio 2025.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em: https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

FREITAS, V. G. (org.). *Intelectuais negras: vozes que ressoam*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2019. p. 93–108. Disponível em: https://www.academia.edu/39644519/Jurema_Werneck_do_Morro_dos_Cabritos_à_Anistia_Internacional_trajetória_resistência_e_ativismo_pela_saúde_das_mulheres_negras. Acesso em: 27 maio 2025.

FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud: o mal-estar na cultura e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Trabalho original publicado em 1930).

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193–210, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. In: KON, N.; SILVA, M.; ABUD, C. (orgs.). *Racismo e o negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 p. 37.

SILVA, M. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: ABUD, C.; SILVA, M. L.; KON, N. M. (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017 p 87.